

Relatório do Conselho de Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2013, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional "COSIF". Dessa forma, as demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **1. Conjuntura econômica:** Os mercados financeiros mundiais passaram por uma importante transformação no primeiro semestre de 2013. A economia dos Estados Unidos seguiu em recuperação, ajudada pelo ajuste fiscal implementado pelo governo federal americano. O mercado de trabalho nos EUA voltou a mostrar indicadores positivos, com uma geração de novos empregos impulsionada pelo aumento do consumo doméstico. Estes sinais de recuperação e recuo do desempenho levaram o banco central americano (Fed) a sinalizar a redução do programa de compra de ativos, responsável pela injeção de US\$ 85 bilhões/mês na economia. A expectativa de redução desta oferta de moeda fez, com que as taxas de juros dos títulos do governo americano subissem, diminuindo a liquidez global, gerando efeitos sobre as demais economias. O dólar se valorizou frente a

outras moedas, e se observou alta generalizada dos juros pelo resto do mundo, com impactos negativos sobre a atividade econômica. O Brasil foi afetado por esses movimentos globais, com a taxa de câmbio se desvalorizando ao longo do semestre. Menores preços das commodities colaboraram para a queda nas exportações, contribuindo para a deterioração do balanço em contas externas. As taxas de juros para prazos mais longos subiram, acompanhando o aperto de liquidez mundial ocasionado pelos eventos nos EUA. A economia brasileira foi afetada por este cenário internacional adverso, apresentando modesto crescimento no primeiro semestre. O mercado de trabalho ficou estável, contribuindo para a desaceleração do consumo, em meio ao menor dinamismo do setor industrial, resultando na redução da confiança de empresários e consumidores. A inflação flutuou próximo de 6,5% ao ano, teto da meta oficial. O Banco Central voltou a aumentar o juro básico da economia, elevando a Selic de 7,25% para 8,00% ao final de junho. A expectativa aponta para inflação declinante na segunda metade do ano, com espaço para crescimento econômico nos próximos meses.

2. Principais informações financeiras:

	2013	2012	Var.
Resultado (R\$ milhões)	2013	2012	Var.
Receita da intermediação financeira	1,7	2,3	(27,0%)
Outras receitas (despesas) operacionais	8,1	11,2	(28,1%)
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	9,7	13,5	(27,9%)
Lucro líquido	4,3	6,4	(33,0%)

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2013	2012
Circulante		49.957	48.441
Disponibilidades		24	27
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		41.912	40.789
Carteira própria		41.912	40.789
Outros créditos		7.966	7.573
Receitas a receber	6	5.790	5.558
Diversos	7	2.236	1.715
Outros bens e valores		55	52
Realizável a longo prazo		18.825	14.622
Outros créditos		18.825	14.622
Diversos	7	18.825	14.622
Permanente		324	150
Investimentos		14	6
Imobilizável		286	114
Intangível		24	30
Total do ativo		69.106	63.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2012	31.563	2.708	79	7.527	10.314	19	-	41.879
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	2	-	19
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(7.527)	(7.527)	-	-	(7.527)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	6.350	6.350
Destinações:								
Constituições de reservas	-	318	-	-	318	-	(318)	-
Saldos em 30/06/2012	31.563	3.026	79	3.105	3.105	21	6.032	40.721
Saldos em 01/01/2013	31.563	3.516	79	11.518	15.113	1	-	46.677
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	3	-	3
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(11.518)	(11.518)	-	-	(11.518)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	4.257	4.257
Destinações:								
Constituições de reservas	-	213	-	-	213	-	(213)	-
Saldos em 30/06/2013	31.563	3.729	79	3.808	3.808	4	4.044	39.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., denominada "Companhia", sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado de São Paulo, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principal objetivo a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e que tem como principal acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA SAÚDE", que detém 100% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas liderado pela Sul América S.A., denominada "SASA", que detém o seu controle indireto total. Nessas demonstrações financeiras, o conjunto de empresas formado pela "SASA" e suas controladas, o qual a Companhia faz parte (controlada indireta da SASA), é tratado pelo termo "SulAmérica". A SASA tem como principais acionistas a Sulaspar Participações S.A., com 60,12% das ações ordinárias, e a ING Insurance International B.V., com 8,19% das ações ordinárias e 20,55% das ações preferenciais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do BACEN e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Dessa forma, as demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/08/2013.

3. Principais práticas adotadas: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificadas no ativo e passivo a longo prazo, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato;
- O ajuste a valor presente calculado para os ativos e passivos financeiros circulares e de longo prazo sendo utilizada como taxa de desconto a Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Ativos financeiros circulares e realizáveis a longo prazo:

- **Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir:
 - (a) **Títulos e valores mobiliários para negociação:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.
 - (b) **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "títulos para negociação", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações são reconhecidas no resultado específico em rubrica específica no patrimônio líquido. Quando ocorrem correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.
 - (c) **Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado.
 - (d) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos pelo valor justo e mensurados pelo custo amortizado, e ajustados quando aplicável, por reduções ao valor recuperável (impairment).

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social, correntes e diferidas, foram constituídas pelas aliquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

3.4. Provisões para ações judiciais: As provisões para as ações judiciais de natureza cível, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo índice Nacional de Preços de Ativos e Passivos (INPA) por juros de 0,78% ao mês. As provisões para as ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza cível, quanto as de natureza trabalhista são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos, obtidos a partir da análise do histórico de pagamento de indenizações e elaboração de score rating judicial. Os resultados finais dessas transações e informações de sua natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo e o desembolso financeiro esperado. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos e erros por fato, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de reversão ao risco. As provisões para ações judiciais estão contabilizadas na rubrica "Outras Obrigações - Diversas", no nível a longo prazo, e consideram os valores atuais das mencionadas ações judiciais.

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizadas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias", no nível a longo prazo. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", no ativo realizável a longo prazo, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.5. Benefícios a empregados:** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas.

3.6. Pagamento com base em ações: A Companhia remunera os dirigentes com ações da SASA e o plano é precificado com base no modelo Black-Scholes para as ações simples dos programas de 2008 e 2010 e no modelo binomial para as ações de longo prazo. O valor justo do plano é determinado pela Companhia a partir da data de entrega, na rubrica "Outras Despesas Administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras Obrigações Diversas" no passivo circulante. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas à seu dirigentes (vide nota 10.2).

3.7. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras, apresenta a sua proposta de distribuição do lucro líquido do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração são refletidos em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.8. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações de sua natureza de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas sobre títulos e valores mobiliários (nota 5.1) e provisões para ações judiciais (nota 11.1).

3.9. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo realizável a longo prazo e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

4. Gerenciamentos de riscos: Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de crédito, operacional e de mercado. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração e reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos. A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos e ajustados de acordo com os objetivos definidos pela Companhia.

4.1. Risco de mercado e crédito: A metodologia usada para o gerenciamento de risco das aplicações em títulos e valores mobiliários compreende a análise dos riscos de crédito e de mercado. Esse monitoramento é constante e em consonância com os limites pré-estabelecidos e dentro das políticas internas de alocação de recursos definidas pelo Comitê de Investimento. No tocante ao risco de mercado é utilizada a metodologia "Value at Risk" (VaR) paramétrica com nível de confiança de 95% além de "stress testing". Para o risco de taxa de juros a Companhia adota o processo de mensuração e monitoramento do risco de flutuação nas taxas de juros e nos prazos em condições normais e adversas de mercado. Já para o risco de crédito, os limites relativos às aplicações em títulos e valores mobiliários são estabelecidos através de um Comitê de Crédito. Este comitê é composto pelo Presidente do Conselho Administrativo, Presidente da "SulAmérica", Vice-presidente de Investimentos, Diretor de Administração de Recursos; Superintendente de Análise de Crédito e o Superintendente de Risco e Operações. Este comitê se reúne mensalmente, podendo haver convocações extraordinárias quando necessário. Resumidamente, os critérios de análise de risco de crédito adotados são os seguintes: **a) Títulos públicos federais:** Até 100%; **b) Títulos públicos estaduais e municipais:** 0%; **c) Empresas não-financeiras (títulos corporativos):** É adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise é elaborado um "Score" (rating interno). Com base no score, é estabelecido um limite de crédito. Este limite será utilizado na exposição máxima a títulos de emissão para uma determinada empresa não financeira; **d) Instituições financeiras:** É adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como resultado, a Companhia estabelece um limite de exposição máxima para cada instituição financeira. Para este risco, foi adotado um plano de continuidade de negócios que é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Companhia e seus clientes. **4.4. Gestão do capital:** O BACEN, por meio da Resolução nº 2.723, de 31/05/2000, regulou os critérios de apuração dos limites mínimos de patrimônio líquido compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos (Acordo de Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e de aplicação de recursos no ativo permanente (imobilizado) e, por meio das Resoluções nº

3.444, de 28/02/2007, 3.490, de 29/08/2007 e alterações posteriores, regulou os critérios para a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), bem como os procedimentos para o cálculo da parcela referente ao Risco Operacional. A Companhia optou pela Abordagem Básica e está enquadrada nos referidos limites das resoluções supracitadas. A tabela abaixo demonstra a aderência da Companhia ao capital regulatório exigido.

	2013	2012
Patrimônio de referência	39.419	40.721
Patrimônio de referência exigido	12.835	10.136
Margem limite de compatibilização	26.584	30.585

5. Títulos e valores mobiliários: A classificação, as taxas de juros e o vencimento dos títulos e valores mobiliários em nota 3.2, estão descritos a seguir:

Descrição	Títulos para negociação		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	26.992	26.999	-	26.999
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	SELIC	26.999
Quotas de fundos de investimentos	14.913	14.913	-	-	-	14.913
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	14.913	14.913	-	-	-	14.913
Total	14.913	14.913	26.992	26.999	64%	41.912
Circulante	-	-	-	-	-	100%
						41.912
						2012

Descrição	Títulos para negociação		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	29.586	29.621	-	29.621
Letras financeiras do tesouro	-	-	29.586	29.621	SELIC	29.621
Quotas de fundos de investimentos	11.168	11.168	-	-	-	11.168
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	11.168	11.168	-	-	-	11.168
Total	11.168	11.168	29.586	29.621	73%	40.789
Circulante	-	-	-	-	-	100%
						40.789

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento		Valor de custo		Valor de mercado		Ganho ou perda		Valor contábil	
	Saldo em 01/01/2013	Adições	Saldo em 01/01/2013	Adições	Saldo em 01/01/2013	Adições	Saldo em 01/01/2013	Adições	Saldo em 01/01/2013	Adições
Aplicações financeiras	41.905	41.905	41.912	41.912	41.912	41.912	7	41.912	41.912	41.912
Disponíveis para venda	14.913	14.913	14.913	14.913	14.913	14.913	7	14.913	14.913	14.913
Disponíveis para venda	26.992	26.992	26.999	26.999	26.999	26.999	-	26.999	26.999	26.999

5.1. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais "ANBIMA" e pela BM&FBOVESPA. Em 30/06/2013 e 30/06/2012 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1) e atualizadas mensalmente pelo índice Nacional de Preços de Ativos e Passivos (INPA) por juros de 0,78% ao mês; (iii) **Nível 3:** Modelos baseados em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Preços baseados em metodologias próprias, para o ativo ou passivo. **Nível 2:** • **Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Quotas de fundos de investimentos:** Calculadas de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada Fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	2013		2012	
	Saldo em 01/01/2013	Adições	Saldo em 01/01/2012	Adições
Ativos financeiros	14.913	11.168	14.913	11.168
Títulos para negociação	14.913	11.168	14.913	11.168
Disponíveis para Venda	26.999	29.621	26.999	29.621
Total	41.912	40.789	41.912	40.789

6. Outros créditos - Rendas a receber: Referem-se a taxas de administração e performance de clubes e fundos de investimento financeiros, que são administrados pela Companhia, no montante de R\$5.730 em 30/06/2013 (R\$5.858 em 30/06/2012).

7. Outros créditos - Diversos:

Descrição	2013		2012	
	Saldo em 01/01/2013	Adições	Saldo em 01/01/2012	Adições
Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1)	5.151	3.560	5.151	3.560
Impostos e contribuições a compensar (nota 7.2)	1.714	1.760	1.714	1.760
Depósitos judiciais (nota 11)	13.261	10.565	13.261	10.565
Outros	935	452	935	452
Total	21.061	16.337	21.061	16.337
Circulante	2.236	1.715	2.236	1.715
Longo prazo	18.825	14.622	18.825	14.622

7.1. Créditos tributários de impostos e contribuições: Em 30/06/2013 e 30/06/2012, as bases do imposto de renda e da contribuição social diferidas são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2013		Const. - tuição		Realização		Saldo em 30/06/2012	
	Saldo em 01/01/2013	Adições	Saldo em 01/01/2013	Adições	Saldo em 01/01/2013	Adições	Saldo em 01/01/2012	Adições
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais (a)	1.274	490	-	-	1.764	-	-	-
Redução ao valor recuperável de créditos	705	-	-	-	205	-	-	-
Provisões indevidáveis	248	997	(584)	-	661	-	-	-
Participações nos lucros	5	719	(294)	-	430	-	-	-
Outros	32	-	(32)	-	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	2.264	2.206	(910)	-	3.560	-	-	-
Atualizações de depósitos judiciais	-	-	(265)	-	(265)	-	-	-
Total dos débitos tributários	-	-	(265)	-	(265)	-	-	-
Total dos créditos tributários líquidos dos débitos tributários	2.264	1.941	(910)	-	3.295	-	-	-

10. Partes relacionadas: 10.1 Transações: Os principais saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do ano, são:

Descrição	2013		2012		Categoria	Controladora	Despesa</
-----------	------	--	------	--	-----------	--------------	-----------

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

C.N.P.J. Nº 32.206.435/0001-83

	Saldos em 01/01/2013	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / Baixas	Saldos em 30/06/2013
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis.....	13	-	(2)	(3)	8
Trabalhistas.....	8	3.249	22	-	3.279
Outros.....	-	34	-	-	34
Subtotal.....	21	3.283	20	(3)	3.321
Tributárias:					
COFINS.....	3.319	-	69	-	3.388
CSLL.....	5.765	706	163	-	6.634
Imposto de renda.....	2.548	308	70	-	2.926
Outros.....	901	-	22	-	923
Subtotal.....	12.533	1.014	324	-	13.871
Total.....	12.554	4.297	344	(3)	17.192

Em 30/06/2013, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$7.533 (R\$5.491 em 30/06/2012). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$7.343 (R\$5.247 em 30/06/2012) refere-se principalmente a obrigações fiscais.

11.2 Ações fiscais: • **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio do corrente, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obteve a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto por uma das companhias que fazem parte da SulAmérica. • **COFINS / PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS nos moldes previstos na Lei nº 9.718/1998, que determina a apuração das bases de cálculo mediante o cômputo da totalidade das suas receitas, entendendo como devido o produto das vendas de mercadorias e/ou serviços, requerendo sob a forma de compensação ou restituição, os créditos correspondentes aos valores pagos a esse título. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência de junho de 2009, a recolher a contribuição somente sobre a receita de sua atividade principal. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda com base na receita da atividade principal e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). • **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado mandado de segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. O valor em risco é de R\$ 6.609 e os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda em 12. **Patrimônio líquido: 12.1 Capital social:** O capital social da Companhia, em 30/06/2013 e 30/06/2012 é de R\$31.563 dividido em 17.166.837 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. São assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. **12.2 Reservas de lucros:** O total das reservas de lucros da Companhia em 30/06/2013 é de R\$3.808 (R\$3.105 em 30/06/2012), composta basicamente por reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço sendo

destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social. **13. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:** O resultado de operações com títulos e valores mobiliários totaliza R\$1.672 no semestre findo em 30/06/2013 (R\$2.289 em 30/06/2012) e é composto basicamente por títulos de renda fixa - públicos e cotas de fundos de investimentos.

14. Receitas de prestação de serviços:

Descrição	2013	2012
Administração de fundos de investimento.....	23.600	19.051
Administração de carteiras de títulos e valores mobiliários.....	5.387	4.642
Taxas de performance.....	1.704	3.378
Total.....	30.691	27.071

15. Despesa de pessoal: Em 30/06/2013 e 30/06/2012, no item pessoal próprio, estão incluídas as remunerações, os encargos e os benefícios de administradores. As despesas com pessoal próprio totalizam R\$14.571 em 30/06/2013 (R\$8.555 em 30/06/2012).

16. Outras despesas administrativas:

Descrição	2013	2012
Processamento de dados.....	(1.368)	(1.192)
Repasso de comissão.....	(1.168)	(1.247)
Serviços de custódia.....	(1.016)	(856)
Propaganda e publicidade.....	(857)	(666)
Serviço técnico especializado.....	(602)	(308)
Aluguéis.....	(174)	(189)
Viagens.....	(57)	(204)
Transporte.....	(71)	(51)
Material e manutenção de bens.....	(156)	(14)
Outras despesas.....	(260)	(743)
Total.....	(5.729)	(5.470)

17. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, estão reconciliados para os valores registrados nas demonstrações do resultado, conforme demonstrado a seguir:

	2013		2012	
Descrição	Impos- to de renda	Con- tribui- ção social	Impos- to de renda	Con- tribui- ção social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social.....	9.728	9.728	13.499	13.499
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais.....	(2.432)	(1.459)	(3.375)	(2.025)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(906)	(544)	(307)	(184)
Despesas não dedutíveis.....	(256)	(152)	(174)	(105)
Outras.....	(60)	(36)	(420)	(273)
Total.....	(1.222)	(732)	(901)	(562)

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Vice-presidente:** John Boers; **Conselheiros:** Arthur John Kalita; Gabriel Portella Fagundes Filho; Carlos Infante Santos de Castro; Carolyn Appen e Francisco Werneck de Albuquerque Maranhão. **Diretoria: Diretor-presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho; **Diretor vice-presidente:** Marcelo Pimentel Mello; **Diretores:** Emil Andery; Fernando Tendolini e Marcelo Saddi Castro. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao período social findo em 30 de junho de 2013, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê"); • Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia e ao disposto na Resolução CMN nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias

independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; • Verificou que os pontos reportados no relatório de revisão dos processos e controles das carteiras administradas e fundos exclusivos de responsabilidade da Companhia foram implementados; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período social findo em 30 de junho de 2013, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável, tendo sido apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e, com isso, aptas para publicação. São Paulo, 14 de agosto de 2013. Marcelo Pimentel Mello - Presidente. Gabriel Portella Fagundes Filho - Membro. Emil Andery - Membro.

Resumo do Relatório de Auditoria - Gestão de Riscos

No 1º semestre de 2013, a Auditoria Interna realizou uma revisão preventiva nos processos vinculados à atividade de gestão de recursos próprios e de terceiros, que contemplou a análise de aspectos qualitativos e quantitativos associados aos principais processos da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"). As recomendações sugeridas para o ponto reportado no relatório RAP 006/2013 (Revisão dos Processos de Gestão dos Recursos Próprios e de Terceiros) já foram implementadas. Atualmente, a referida estrutura encontra-se adequada aos negócios da instituição e aos dispositivos constantes da Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional. O gerenciamento de risco de mercado dos fundos geridos pela Companhia é feito pela Superintendência de Risco e Operações, através do cálculo do VaR Paramétrico (Fundos de Investimentos e Carteiras) e B-VaR (Fundos de Ações e Indexados de Inflação). Essa avaliação é aplicada em todos os fundos abertos, exclusivos e de carteiras administradas. O cálculo do VaR é feito através do Sistema MITRA considerando-se um nível de confiança de 95%, sendo que a volatilidade e a matriz de correlação são calculadas pelo procedimento conhecido por EWMA (Volatilidade histórica com alisamento exponencial que significa atribuir

maior peso às observações mais recentes, que permite aumentar a velocidade da reação a choques) com $\lambda = 0,94$. Como possuímos clientes cujos mandatos e regulamentos possuem critérios e metodologias específicos de cálculo de risco de mercado, utilizamos as regras adequadas para cada política de investimentos destes clientes. As vantagens em se utilizar o VaR como instrumento de gerenciamento de Risco de Mercado, dentre outras, são: a fácil assimilação conceitual, a fundamentação bastante simples (basta considerar as posições do fundo, as volatilidades dos ativos e as correlações entre eles) e o fato de poder interpretar, em um único número, o risco total da carteira de investimento sob análise. Adicionalmente, visando tornar o gerenciamento de Risco de Mercado abrangente e completo é utilizada, além do VaR, a metodologia de *Stress Test*, através de cenários independentes calculados pela BM&FBOvespa. Para o acompanhamento de enquadramento dos limites de exposição definidos pela legislação, regulamento, política de investimentos ou mandato do fundo e/ou carteiras de investimentos é utilizado o Sistema de Controle de Risco e *Compliance* (SRC) da empresa YMF (TOTVS). São Paulo, 19 de agosto de 2013. Emil Andery - Diretor de Auditoria Interna. Valquíria de Souza Farias - Superintendente de Auditoria Interna.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-014428/O-6

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7